



**PERU/** Dezoito candidatos disputam a corrida presidencial, numa campanha atípica em que nenhum ultrapassa 10% das intenções de votos. Nos últimos três anos, marcados por denúncias de corrupção, quatro políticos passaram pela Casa de Pizarro, sede do governo

# Eleição sem favoritos

Desde 2018, os peruanos viram quatro presidentes passarem pela Casa de Pizarro, num período turbulento, marcado por denúncias de corrupção contra a elite política do país. Hoje, os eleitores escolherão o novo governante em meio a um número recorde de casos e mortes por coronavírus, ao fim de uma campanha totalmente atípica. Dezoito candidatos disputam o cargo, sem favoritos.

De acordo com as pesquisas, nenhum candidato ultrapassa 10% das intenções de voto. Num cenário totalmente incerto, as projeções sugerem que sete têm a possibilidade de chegar ao segundo turno, previsto para 6 de junho. A ampla disputa não deixa de surpreender. Afinal, nas últimas décadas, ser presidente do Peru se revelou um desafio que já terminou mal na maior parte das ocasiões.

Dos 10 líderes desde o fim do regime militar, em 1980, apenas Fernando Belaunde Terry (1980-1985) e Valentín Paniagua (oito meses entre 2000 e 2001) ficaram íntegros. Na lista, há condenados, investigados e até mortos. Em abril de 2019, o então líder do partido social-democrata Apra, Alan García, deu um tiro na própria cabeça quando estava prestes a ser detido pela polícia em sua casa, em Lima. Acusado de envolvimento em corrupção, ele tinha 69 anos.

Estão na corrida 10 candidatos de direita ou centro-direita, quatro de esquerda, três nacionalistas e um de centro. Segundo as pesquisas, os presidenciais com maiores chances de bom desempenho

Sebastian Castaneda/AFP



Seis dos postulantes à chefia do Executivo durante debate: votação vai renovar ainda o Congresso unicameral

nas urnas são o ex-legislador Yonhy Lescano (centro, direita), a antropóloga Verónica Mendoza (esquerda), o economista Hernando de Soto (direita), Keiko Fujimori (populista, direita), o ex-jogador de futebol George Forsyth (centro, direita), o professor e sindicalista Pedro Castillo (esquerda radical) e o empresário Rafael López Aliaga (extrema-direita).

“Temos o pior cenário possível para este domingo: fragmentação e polarização”, opinou o cientista político Carlos Meléndez. “São as eleições mais fragmentadas da história, nunca vimos tantos candidatos como opção”, disse, por

sua vez, o diretor da empresa de pesquisa Ipsos, Alfredo Torres.

A incerteza eleitoral abalou os mercados, aumentando a cotação do dólar até o recorde de 3,8 soles. Depois de crescer durante anos acima da média latino-americana, a economia peruana retraiu no último ano em 11,12%, o pior número em três décadas, aumentando o desemprego e a pobreza.

A votação de hoje também vai renovar o Congresso unicameral de 130 membros. O Legislativo passa por crises políticas recorrentes desde 2016, que atingiram seu auge em novembro, com três presidentes em cinco dias.

“O importante é ir às urnas e poder escolher. Que seja uma festa democrática”, declarou Keiko, filha do ex-presidente preso Alberto Fujimori (1990-2000), ao encerrar sua campanha no populoso bairro de Lima, Villa El Salvador, na quinta-feira. Enquanto isso, Yonhy Lescano se declarou “feliz por ter viajado por todo o Peru”, em seu último comício.

No Peru, o voto é obrigatório, e o Gabinete Nacional Eleitoral (ONPE) prevê a participação de “nove entre 10 peruanos”, apesar da pandemia do novo coronavírus, que não dá trégua. A segunda onda registra um recorde

de quase 13 mil infecções e 314 mortes por dia.

A imunização contra a covid-19 começou há dois meses, mas está progredindo lentamente. Por enquanto, chegou apenas ao pessoal da linha de frente e aos idosos, levando todos os candidatos a prometer uma vacinação acelerada. O Peru acumula 54 mil mortes em 1,6 milhão de casos. Entre os infectados, estão cinco presidentes. Os últimos foram Forsyth, que teve de encerrar sua campanha virtualmente, e José Vega, de um partido nacionalista minoritário.

Para evitar multidões, os locais de votação ficarão abertos por 12 horas, quatro a mais do que o normal. Cada eleitor deve comparecer em horário pré-determinado, de acordo com o último dígito do documento de identidade. Estão convocados às urnas 25 milhões dos 33 milhões de peruanos.

O ONPE prometeu divulgar os primeiros resultados oficiais por volta das 23h30 locais (1h30 da segunda-feira em Brasília), mas a apuração dos votos para o Legislativo pode levar alguns dias.

Cerca de 160 mil policiais e militares foram destacados para garantir a segurança do processo. Desses, 8 mil soldados protegerão os 1.298 centros de votação do maior vale ‘coqueiro’ do país, onde operam os remanescentes da guerrilha Sendero Luminoso associados a gangues do narcotráfico. O futuro presidente e os novos integrantes do Congresso tomarão posse em 28 de julho, dia em que o Peru comemora o bicentenário de sua independência.

## Resultado imprevisível

Eleitores equatorianos escolhem, hoje, seu próximo presidente, em votação de segundo turno, num cenário de incerteza. A disputa pela sucessão do impopular Lenín Moreno está entre o economista de esquerda Andrés Arauz, filho do político de Rafael Correa, e Guillermo Lasso, ex-banqueiro pró-mercado, em um duelo de gerações e estilos.

As mais recentes pesquisas de intenção de votos mostram um empate técnico entre os dois candidatos. O embate, preveem analistas, será decidido pela grande massa social do partido indígena, que preferiu não se envolver com nenhuma das duas campanhas.

No agitado primeiro turno, em 7 de fevereiro, o líder indígena esquerdista Yaku Pérez denunciou fraude por ter sido marginalizado das urnas com apenas 0,35 ponto percentual de diferença ante Lasso. Várias pesquisas colocaram Arauz na frente com quase uma dezena de pontos, mas, nos últimos dias, houve uma reviravolta.

A última consulta da Market mostrou uma divisão do eleitorado, com 50% dos votos para Arauz, de 36 anos, e 49% para Lasso, 65. Uma diferença de cerca de 70 mil votos. O número de indecisos, que ao fim do primeiro turno girava em torno de 35%, caiu para 8%.

## REINO UNIDO

# Charles reverencia a memória do pai

Primeiro na sucessão ao trono britânico, o príncipe Charles homenageou, ontem, a memória do pai, o príncipe Philip, que morreu na sexta-feira, aos 99 anos. Em declarações feitas em sua casa, Highgrove House, no sudoeste da Inglaterra, o primogênito da rainha Elizabeth II elogiou o “serviço de destaque prestado à rainha, à minha família e ao país” pelo mais

longevo consorte do Reino Unido.

Aos 72 anos, Charles descreveu o pai como “uma pessoa muito especial” e que “teria ficado maravilhada com as reações e as coisas comovidas que estão sendo ditas sobre ele”. Disse, por fim, que ele e toda a família real sentem “muita falta” de Philip. Em Londres, súditos correram ao Palácio de Buckingham para depositar flores em homenagem ao duque. Tiros de canhão soaram por todo o país.

Tolga Akmen/AFP



Súdito exhibe poster do príncipe Philip em frente ao palácio real

A morte do príncipe Philip ativou um protocolo bem elaborado,

denominado *Forth Bridge*, nome de uma ponte localizada perto da capital escocesa. O cerimonial, porém, teve que ser alterado devi-

do à pandemia do novo coronavírus. Não haverá funeral de Estado.

O sepultamento do príncipe Philip ocorrerá no próximo sábado, 17 de abril, às 15h (11h de Brasília), na Capela de São Jorge do Castelo de Windsor, oeste de Londres, onde o marido da Rainha Elizabeth II morreu. Normalmente, a cerimônia teria 800 convidados, mas isso não será possível devido às restrições de distanciamento impostas para conter a covid-19. Serão apenas 30 pessoas.

O caixão do marido do duque de Edimburgo, ex-comandante da Marinha, será coberto por seu chapéu e sua espada. Ele será trans-

portado em um Land Rover, veículo que ajudou a projetar. O príncipe de Gales, herdeiro do trono, e a família real o seguirão a pé, informou um oficial do palácio.

O príncipe Harry, que reside na Califórnia após deixar a monarquia, comparecerá ao funeral. Já sua esposa, Meghan, que está grávida, não irá ao enterro, a conselho de seu médico, disse um porta-voz da realza.

A cerimônia, na presença do arcebispo de Canterbury, Primaz da Igreja da Inglaterra, será transmitida pela televisão. A população respeitará um minuto de silêncio às 15h locais.



# PAULO DELGADO

contato@paulodelgado.com.br

Com Henrique Delgado

## A DERRAMA DIGITAL — COLONIALISMO BIG TECH

Duzentos e trinta e três anos depois da decretação do dia da derrama, cobrança referente a um quinto do total da produção de ouro da colônia, o Brasil vê, outra vez, a Receita Federal autorizar as grandes empresas de tecnologia do exterior, big techs dos bilionários de plataforma, a pagarem menos impostos do que os brasileiros pagam.

Sem entrar no problema maior que era o trabalho não remunerado (a escravidão), para quem tinha negócio nas minas brasileiras, ter que mandar um quinto do ouro para Portugal também era revoltante. Entre outras revoltas, a Inconfidência Mineira, celebrada neste abril, foi contra a impropietade da derrama. Pois bem, às vésperas do bicentenário da Independência, a ser comemorado

em 2022, não temos mais o quinto, mas segundo dados da Receita Federal, temos o quarto.

O que é o quarto? É o fato de que as líderes globais de internet (as Big Techs) em operação no Brasil pagam em imposto apenas um quarto do que pagam as demais empresas com receita bruta equivalente em operação no país. É a derrama digital. Pobre Brasil, trabalhando a favor de empresas estrangeiras que estão entre as 10 mais ricas no mundo todo.

O percentual da arrecadação sobre lucro real é inferior a 5% para as Big Techs, segundo informa a Receita. Algo surreal, sabendo-se que qualquer trabalhador que ganhe acima de R\$ 2 mil paga 7,5% de imposto. Qualquer estabelecimento comercial paga em imposto pelo menos 6% da receita no Simples. Se não está no Simples, paga pelo menos 15% de IRPJ, muitas vezes, até 10% acima disso mais a CSLL. Ou seja, bares, restaurantes, lojas em geral, que estão sofrendo com a covid-19 pagam muito mais imposto do que as Big Techs que estão lucrando com a digitalização acelerada pela pandemia. Não é justo. Até o FMI — através do português Vítor Gaspar, seu diretor de Assuntos Fiscais — está propondo que companhias que prosperaram na pandemia paguem um imposto adicional em solidariedade. Todavia isso é a ponta do iceberg de uma discussão mais profunda que aparentemente chegou a hora de ser resolvida internacionalmente.

A OCDE e o G20 já estão em cima disso há um tempo porque a União Europeia (UE) — e os empresários europeus — se preocupa com o assunto. Não só se preocupam como não aceitam o que consideram ser uma colonização digital. Decorrente da assimetria imposta pelas Big Techs que ganham pela bem-vinda digitalização da economia, mas que também querem ganhar como antigos monarcas ociosos de ultramar. A grande maioria das pessoas concorda que Big Techs, como Google, Microsoft, Amazon e até o enrolado Facebook promovem valiosos ganhos para as pessoas e as empresas. Por isso, inclusive, a União Europeia investe na sua própria: a Gaia-X.

Mais para baixo nesse iceberg tem também a questão de se estabelecer um piso de imposto a ser pago por multinacionais, proposta que o atual governo dos EUA resolveu apoiar. Algo que vem para atenuar os efeitos mais negativos da guerra fiscal entre os países. Tem a ver com a ideia de que multilateralismo e regras globais são importantes para segurar um pouco a tendência de que, de 1980 para cá, desequilibrou demais a balança capital-trabalho para o lado do capital selvagem. Especialmente porque o desequilíbrio não foi em favor de qualquer capital, mas em favor de um capital que ganha dinheiro diminuindo o custo do trabalho em jogadas transnacionais. O que aumenta

a desigualdade e a sensação de insegurança de vários grupos sociais e não faz crescer a economia.

Em tempos de se fazer a necessária reforma tributária, o Brasil tem que ter clareza de que o mundo já está passando da fase de se tornar competitivo por baixar imposto. Tem que simplificar e ser mais justo. A receita pública no Brasil ser de 30% do PIB está correta — ainda está longe da França, que está em 43%, e da média da União Europeia, 36%. O problema a ser resolvido é saber a racionalidade, a estratégia e a justiça. Sejamos razoáveis: não dá para a Microsoft, que tem uma capitalização, hoje, superior ao PIB do Brasil (você não leu errado) ter uma alíquota de imposto menor do que a do seu Joaquim, dono de padaria, assim como menor do que a das grandes empresas empregadoras brasileiras de sua área.

Os EUA, que se separaram da Inglaterra animados pelo slogan “nenhuma tributação sem representação”, vão entender que a situação atual é espelho da outra. É questão de que, para grandes multinacionais, tem que valer a regra ao redor do mundo de que não haverá “nenhuma representação sem tributação”. E a tributação precisa ter isonomia com os nacionais que contribuem com a receita pública.

■ Paulo Delgado, sociólogo